

Ministério da Fazenda
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil
2ª Região Fiscal

Relatório de Gestão do Exercício de 2009

Março/2010

Ministério da Fazenda
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil
2ª Região Fiscal

Relatório de Gestão do Exercício de 2009

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

Belém/PA, 31 de março de 2010

Lista de Abreviações e Siglas

IN - Instrução Normativa

DN - Decisão Normativa

TCU - Tribunal de Contas da União

CGU - Controladoria-Geral da União

Art. - Artigo

UJ - Unidade Jurisdicionada

RFB – Secretaria da Receita Federal do Brasil

Lista de Tabelas, Relações, Gráficos e Declarações

| <u>Título</u> | <u>Página</u> |
|--|---------------|
| Quadro de Despesas por Modalidade de Contratação | 12 |
| <i>(Subitem 2.4.2 Execução Orçamentária – 2.4.2.1.1 do Conteúdo Geral)</i> | |
| Quadro de Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa | 12 |
| <i>(Subitem 2.4.2 Execução Orçamentária – 2.4.2.1.2 do Conteúdo Geral)</i> | |
| Quadro Evolução dos Gastos Gerais | 13 |
| <i>(Subitem 2.4.2 Execução Orçamentária – 2.4.2.1.2.1 do Conteúdo Geral)</i> | |
| Quadro de Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa | 13 |
| <i>(Subitem 2.4.2 Execução Orçamentária – 2.4.2.1.3 do Conteúdo Geral)</i> | |
| Quadro de Composição dos Recursos Humanos | 29 |
| <i>(Item 3 Informações sobre a Composição de Recursos Humanos – 3.1)</i> | |
| Quadro de Composição e Custos de Recursos Humanos | 30 |
| <i>(Item 3 Informações sobre a Composição de Recursos Humanos – 3.1)</i> | |
| Quadro de Pagamento de Restos a Pagar – Exercício de 2009 | 37 |
| <i>(Item 5 Inscrições de Restos a Pagar no Exercício e Saldos Exerc. Anteriores)</i> | |
| Quadro de Informação sobre Transferências no Exercício | 41 |
| <i>(Item 6 do Conteúdo Geral)</i> | |
| Relatório de Cobrança da Dívida Previdenciária | 63 |
| <i>(Item 30 da Parte C do Anexo II da DN TCU 100/2009)</i> | |
| Declaração de Registros Atualizados do Siasg e Siconv | 65 |
| <i>(Item 13 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU 100/2009)</i> | |
| Declaração do Contador | 66 |
| <i>(Item 1 da Parte B do Anexo II da DN TCU 100/2009)</i> | |

Sumário

| | |
|--|---------------|
| 1 - Identificação | pág 08 |
| 2 - Objetivos e Metas Institucionais e/ou Programáticos | pág 11 |
| 2.1 - Responsabilidades Institucionais da Unidade | pág 11 |
| 2.2 - Estratégia de Atuação frente às Responsab. Institucionais | pág 11 |
| 2.3 - Programas e Ações sob Responsabilidade da Unidade | pág 11 |
| 2.3.1 - Relação de Programas | pág 11 |
| 2.3.2 - Principais Ações do Programa..... | pág 11 |
| 2.4 - Desempenho Operacional | pág 11 |
| 2.4.1 - Programação Orçamentária | pág 11 |
| 2.4.2 - Execução Orçamentária | pág 12 |
| 2.4.3 - Indicadores de Desempenho | pág 14 |
| 3 - Informações sobre a Composição de Recursos Humanos | pág 29 |
| 4 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos | pág 35 |
| 5 - Inscrições de Restos a Pagar..... | pág 37 |
| 6 - Informações sobre Transferências | pág 41 |
| 7 - Previdência Complementar Patrocinada | pág 43 |
| 8 - Projetos ou Programas Financiados Recursos Externos | pág 45 |
| 9 - Renúncias Tributárias | pág 47 |
| 10 - Operações de Fundos | pág 49 |
| 11A - Recomendações do Órgão ou Unidade Controle Interno | pág 51 |
| 11B - Determinações e Recomendações do TCU | pág 53 |
| 12 - Atos de Admissão, Desligamento, Aposentadoria e Pensão | pág 55 |
| 13 - Registros Atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV | pág 57 |
| 14 - Outras Informações Consideradas Relevantes | pág 59 |
| 15 - Informações Contábeis da Gestão | pág 61 |
| <i>(Item 1 da Parte B do Anexo II da DN TCU 100/2009)</i> | |
| 16 - Conteúdos Específicos por UJ ou Grupo Unidades Afins | pág 63 |
| <i>(Item 30 da Parte C do Anexo II da DN TCU 100/2009)</i> | |

Introdução

O Relatório de Gestão está estruturado por itens de acordo com o conteúdo da DN TCU 100/2009 sendo que, do item 1 ao 14 está conforme a Parte A do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 2009, o item 15 conforme a Parte B do Anexo II da DN TCU 100/2009 e o item 16 conforme a Parte C do Anexo II da DN TCU 100/2009. Ao final do Relatório de Gestão encontram-se os anexos de documentos que foram digitalizados tais como declarações e outros.

Os itens 7 (*Previdência Complementar Patrocinada*) e 10 (*Operações de Fundos*) não se aplicam à natureza jurídica da Unidade Jurisdicionada.

Os dados e informações pertinentes aos itens 2.1, 2.2, 2.3, 2.3.1, 2.3.2, 2.4.1, 2.4.1.1, 2.4.1.2, 2.4.1.3, 2.4.1.4, 2.4.1.5, 2.4.2.3, 2.4.2.4, 3.3, 9, 11A, 11B, 12 e 16 constam do Relatório de Gestão Consolidado, parte integrante do processo nº 12440.000031/2010-41 – Tomada de Contas da Secretaria da Receita Federal do Brasil Exercício de 2009.

Ministério da Fazenda
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil
2ª Região Fiscal

Relatório de Gestão do Exercício de 2009

Item 1: Informações de identificação da Unidade Jurisdicionada
(Item 1 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU 100/2009)

1 – Identificação

| Poder e Órgão de vinculação | | | |
|---|----------------------------------|-------------------------------|------------------|
| Poder: Executivo | | | |
| Órgão de Vinculação: Ministério da Fazenda | | Código SIORG: 001929 | |
| Identificação da Unidade Jurisdicionada consolidadora | | | |
| Denominação completa: Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 2ª Região Fiscal - SRRF02 | | | |
| Denominação abreviada: Superintendência da Receita Federal do Brasil na 2ª Região Fiscal | | | |
| Código SIORG: 003149 | Código LOA: Não se aplica | Código SIAFI: 170217 | |
| Situação: Ativa | | | |
| Natureza Jurídica: Órgão Público | | | |
| Principal Atividade: Administração Tributária | | Código CNAE: 8411-6/00 | |
| Telefones/Fax de contato: | (091) 3321 - 3651 | (091) 3321 - 3656 | (091)3241 - 0746 |
| Endereço eletrônico: internetrfb@receita.fazenda.gov.br | | | |
| Página da Internet: http://www.receita.fazenda.gov.br | | | |
| Endereço Postal: Rua Gaspar Viana, 485, 10º Andar, Sala 1010, Edifício Ministério da Fazenda, Belém/PA, CEP : 66053-090 | | | |
| Identificação das Unidades Jurisdicionadas consolidadas | | | |
| Nome | Situação | Código SIORG | |
| ALFÂNDEGA DA RFB PORTO DE BELÉM | Ativa | 382588 | |
| DELEGACIA DA RFB EM MACAPÁ | Ativa | 003190 | |
| DELEGACIA DA RFB EM PORTO VELHO | Ativa | 003295 | |
| DELEGACIA DA RFB EM RIO BRANCO | Ativa | 003189 | |
| DELEGACIA DA RFB EM MANAUS | Ativa | 003294 | |
| ALFÂNDEGA DA RFB PORTO DE MANAUS | Ativa | 003824 | |
| DELEGACIA DA RFB EM BOA VISTA | Ativa | 003296 | |
| DELEGACIA DA RFB EM BELÉM | Ativa | 003187 | |
| DELEGACIA DA RFB EM SANTARÉM | Ativa | 003188 | |
| DELEGACIA DA RFB EM JI-PARANÁ | Ativa | 012231 | |
| ALFÂNDEGA DA RFB AEROP. INTERNAC. EDUARDO GOMES | Ativa | 021087 | |
| DELEGACIA DA RFB EM MARABÁ | Ativa | 012230 | |
| ALFÂNDEGA DA RFB AEROP. INTERNAC. DE BELÉM | Ativa | 021088 | |
| Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas | | | |
| Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas | | | |
| Lei Ordinária nº 11.457 de 16 de março de 2007, publicada no D.O.U. em 19 de março de 2007; Decreto nº 7.050, de 23 de dezembro de 2009, publicado no D.O.U. em 24 de dezembro de 2009; Portaria MF nº 125, de 04 de março de 2009, publicada no D.O.U. em 06 de março de 2009. | | | |
| Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas | | | |
| Decreto nº 7.050, de 23 de dezembro de 2009, publicado no D.O.U. em 24 de dezembro de 2009; Portaria MF nº 125, de 04 de março de 2009, publicada no D.O.U. em 06 de março de 2009. | | | |
| Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas | | | |
| Decreto nº 7.050, de 23 de dezembro de 2009, publicado no D.O.U. em 24 de dezembro de 2009; | | | |

Portaria MF nº 125, de 04 de março de 2009, publicada no D.O.U. em 06 de março de 2009.

| Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas | |
|---|---|
| Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas | |
| Código SIAFI | Nome |
| 170022 | ALFÂNDEGA DA RFB PORTO DE BELÉM |
| 170024 | DELEGACIA DA RFB EM MACAPÁ |
| 170201 | DELEGACIA DA RFB EM PORTO VELHO |
| 170205 | DELEGACIA DA RFB EM RIO BRANCO |
| 170209 | DELEGACIA DA RFB EM MANAUS |
| 170210 | ALFÂNDEGA DA RFB PORTO DE MANAUS |
| 170213 | DELEGACIA DA RFB EM BOA VISTA |
| 170218 | DELEGACIA DA RFB EM BELÉM |
| 170219 | DELEGACIA DA RFB EM SANTARÉM |
| 170332 | DELEGACIA DA RFB EM JI-PARANÁ |
| 170333 | ALFÂNDEGA DA RFB AEROP. INTERNAC. EDUARDO GOMES |
| 170334 | DELEGACIA DA RFB EM MARABÁ |
| 170520 | ALFÂNDEGA DA RFB AEROP. INTERNAC. DE BELÉM |
| Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas | |
| Código SIAFI | Nome |
| 00001 | Tesouro Nacional |
| Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões | |
| Código SIAFI da Unidade Gestora | Código SIAFI da Gestão |
| 170022 | 00001 |
| 170024 | 00001 |
| 170201 | 00001 |
| 170205 | 00001 |
| 170209 | 00001 |
| 170210 | 00001 |
| 170213 | 00001 |
| 170218 | 00001 |
| 170219 | 00001 |
| 170332 | 00001 |
| 170333 | 00001 |
| 170334 | 00001 |
| 170520 | 00001 |

Fonte: SIORG e SIAFI

Ministério da Fazenda
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil
2ª Região Fiscal

Relatório de Gestão do Exercício de 2009

Item 2: Informações sobre a gestão orçamentária da unidade, considerando o atingimento dos objetivos e metas físicas e financeiras, bem como as ações administrativas consubstanciadas em projetos e atividades *(Item 2 do Conteúdo Geral (Parte A) Anexo II da DN TCU 100/2009)*

2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos

2.1. Responsabilidades institucionais da unidade - Papel da unidade na execução das políticas públicas

2.2. Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

2.3. Programas e Ações sob a responsabilidade da Unidade

2.3.1. Relação dos Programas

2.3.2. Principais Ações do Programa

Para fins do disposto no Item 2 do Conteúdo Geral (Parte A) do anexo II da DN TCU 102/2009, os dados e informações pertinentes aos itens anteriores 2.1, 2.2, 2.3, 2.3.1 e 2.3.2 constam do Relatório de Gestão Consolidado, parte integrante do processo nº 12440.000031/2010-41 - Tomada de Contas da Secretaria da Receita Federal do Brasil Exercício de 2009.

2.4. Desempenho Operacional

2.4.1. Programação Orçamentária

2.4.1.1. Identificação da Unidade Orçamentária (UO)

2.4.1.2. Programação das Despesas Correntes

2.4.1.3. Programação das Despesas de Capital

2.4.1.4. Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência

2.4.1.5. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Para fins do disposto no Item 2 do Conteúdo Geral (Parte A) do anexo II da DN TCU 102/2009, os dados e informações pertinentes aos itens anteriores 2.4.1, 2.4.1.1, 2.4.1.2, 2.4.1.3, 2.4.1.4 e 2.4.1.5 constam do Relatório de Gestão Consolidado, parte integrante do processo nº 12440.000031/2010-41 - Tomada de Contas da Secretaria da Receita Federal do Brasil Exercício de 2009.

2.4.2. Execução Orçamentária

2.4.2.1. Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

2.4.2.1.1. Despesas por Modalidade de Contratação

| Modalidade de Contratação | Despesa Empenhada | | Despesa Liquidada | |
|------------------------------------|-------------------|---------------|-------------------|---------------|
| | 2008 | 2009 | 2008 | 2009 |
| Licitação | | | | |
| Convite | | | | |
| Tomada de Preços | 728.296,65 | 964.502,59 | 667.315,87 | 97.041,84 |
| Concorrência | | | | |
| Pregão | 16.151.639,73 | 16.904.863,74 | 15.180.336,53 | 15.597.989,14 |
| Concurso | | | | |
| Consulta | | | | |
| Contratações Diretas | | | | |
| Dispensa | 2.583.892,89 | 2.877.794,23 | 2.442.411,75 | 2.650.185,51 |
| Inexigibilidade | 1.083.127,63 | 1.748.794,39 | 985.528,26 | 1.629.635,81 |
| Regime de Execução Especial | | | | |
| Suprimento de Fundos | 15.467,60 | 10.814,96 | 15.467,60 | 10.814,96 |
| Pagamento de Pessoal | | | | |
| Pagamento em Folha | | | | |
| Diárias | 2.353.177,68 | 2.950.049,31 | 2.353.177,68 | 2.950.049,31 |
| Outros | 957.746,38 | 1.891.457,65 | 2.229.110,87 | 4.412.560,30 |

Fonte: SIAFI Operacional e Gerencial

2.4.2.1.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

| Grupos de Despesa | Despesa Empenhada | | Despesa Liquidada | | RP não processados | | Valores Pagos | |
|---------------------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|---------------------|---------------------|----------------------|----------------------|
| | 2008 | 2009 | 2008 | 2009 | 2008 | 2009 | 2008 | 2009 |
| 1 – Despesas de Pessoal | 43.057,67 | 22.980,32 | 43.057,67 | 22.980,32 | - | - | 43.057,67 | 22.980,32 |
| 08 - Outros Benef.Assistenciais | 30.359,49 | 22.980,32 | 30.359,49 | 22.980,32 | - | - | 30.359,49 | 22.980,32 |
| 11 – Venc.Vanta.Fixas – P.Civil | 10.424,52 | - | 10.424,52 | - | - | - | 10.424,52 | - |
| 13 – Obrigações Patronais | 2.273,66 | - | 2.273,66 | - | - | - | 2.273,66 | - |
| Demais elementos do grupo | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 2 – Juros e Encargos da Dívida | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 1º elemento de despesa | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 2º elemento de despesa | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 3º elemento de despesa | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Demais elementos do grupo | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 3- Outras Despesas Correntes | 23.638.017,49 | 26.718.133,29 | 22.462.994,97 | 24.773.222,08 | 1.175.022,52 | 1.944.911,21 | 22.356.201,11 | 23.492.809,63 |
| 37 – Locação de Mão de Obra | 9.850.275,50 | 10.522.505,60 | 9.388.304,11 | 10.138.175,12 | 461.971,39 | 384.330,48 | 9.362.643,86 | 9.439.855,96 |
| 39 – Outros.Serv.Pes.Jur idica | 6.267.023,87 | 7.592.308,40 | 5.832.582,14 | 6.208.497,79 | 434.441,73 | 1.383.810,61 | 5.779.526,84 | 5.957.624,28 |
| 14 – Diárias Pessoal Civil | 2.351.497,55 | 2.872.736,31 | 2.351.497,55 | 2.872.736,31 | - | - | 2.351.497,55 | 2.855.040,81 |
| Demais elementos do grupo | 5.169.220,57 | 5.730.582,98 | 4.890.611,17 | 5.553.812,86 | 278.609,40 | 176.770,12 | 4.862.532,86 | 5.240.288,58 |

Fonte: SIAFI Operacional e Gerencial

2.4.2.1.2.1. Evolução dos Gastos Gerais

| DESCRIÇÃO | ANO | | |
|---|----------------------|----------------------|----------------------|
| | 2007 | 2008 | 2009 |
| 1. PASSAGENS | 982.054,21 | 2.516.382,11 | 1.978.180,30 |
| 2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS | 1.789.953,31 | 2.353.177,68 | 2.950.049,31 |
| 3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS | 9.925.020,93 | 10.654.136,44 | 12.015.309,77 |
| 3.1. Publicidade | 150,00 | 0 | 0 |
| 3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação | 6.877.146,40 | 7.175.695,09 | 8.047.836,08 |
| 3.3. Tecnologia da informação | 356.694,19 | 151,00 | 0 |
| 3.4. Outras Terceirizações | 2.691.030,34 | 3.478.290,35 | 3.967.473,69 |
| 4. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL | 67.202,06 | 15.467,60 | 10.814,96 |
| 5. SUPRIMENTO DE FUNDOS | | | |
| TOTAIS | 12.764.230,51 | 15.539.163,83 | 16.954.354,34 |

Fonte: SIAFI Operacional e Gerencial

OBS: Os valores apresentados correspondem aos valores liquidados no exercício.

2.4.2.1.3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

| Grupos de Despesa | Despesa Empenhada | | Despesa Liquidada | | RP não processados | | Valores Pagos | |
|----------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|------------------|--------------------|-------------------|------------------|------------------|
| | 2008 | 2009 | 2008 | 2009 | 2008 | 2009 | 2008 | 2009 |
| 4 - Investimentos | 192.273,40 | 607.163,26 | 82.460,45 | 30.971,82 | 109.812,95 | 576.191,44 | 82.460,45 | 14.241,82 |
| 52 – Equip. e Mat. Permanente | 192.273,40 | 592.173,26 | 82.460,45 | 15.981,82 | 109.812,95 | 576.191,44 | 82.460,45 | 14.241,82 |
| 51 – Obras e Instalações | - | 14.990,00 | - | 14.990,00 | - | - | - | - |
| Demais elementos do grupo | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 5 - Inversões Financeiras | | | | | | | | |
| 1º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3º elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |
| 6 - Amortização da Dívida | | | | | | | | |
| 1º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3º elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |

Fonte: SIAFI Operacional e Gerencial

Análise crítica

As contratações, no âmbito da 2ª Região Fiscal, para o fornecimento de bens e para a prestação de serviços executados de forma indireta foram precedidas de licitação, preferencialmente, na modalidade Pregão Eletrônico, em cumprimento ao Decreto nº 5.450/05.

A modalidade tomada de preço foi utilizada para atender aos serviços de reparos e adaptações nos prédios ocupados pelas Unidades da Receita Federal na 2ª Região Fiscal. O baixo valor de liquidação nesta modalidade foi em virtude da liberação de créditos para os referidos serviços ter ocorrido apenas no final do exercício de 2009.

As contratações realizadas por inexigibilidade tiveram uma representação maior, em comparação ao exercício de 2008. Esta variação ocorreu, principalmente, em virtude da mudança de enquadramento, por parte da PGFN, da modalidade adotada para contratação do serviço de fornecimento de energia elétrica, que naquele exercício foi realizada através de dispensa de licitação.

A variação com a modalidade denominada “outros” ocorreu, principalmente, em virtude das remoções de ofício que resultaram em um pagamento de R\$-1.554.461,23 com ajudas de custo no exercício de 2009. Fato motivado pela mudança de dirigentes ocorrida na Receita Federal do Brasil no final de 2008.

2.4.2.2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

Não houve execução orçamentária de créditos recebidos pela UJ por movimentação interna e externa.

2.4.2.3. Execução Orçamentária por Programa de Governo

2.4.2.4. Execução Física e Financeira das Ações Realizadas pela UJ

Para fins do disposto no Item 2 do Conteúdo Geral (Parte A) do anexo II da DN TCU 102/2009, os dados e informações pertinentes aos itens anteriores 2.4.2.3. e 2.4.2.4 constam do Relatório de Gestão Consolidado, parte integrante do processo nº 12440.000031/2010-41 - Tomada de Contas da Secretaria da Receita Federal do Brasil Exercício de 2009.

2.4.3. Indicadores de Desempenho

Indicador: **Índice de realização da meta global de arrecadação**

| RESPONSÁVEL | UNIDADE DE MEDIDA | POLARIDADE | META | RESULTADO |
|--------------------|--------------------------|-------------------|-------------|------------------|
| Sutri/RFB | Percentual | Positiva | 100,00 | 101,20 |

Finalidade: Mensurar o grau de realização da meta global de arrecadação definida no processo orçamentário como sendo a estimativa de ingressos constante dos decretos de execução do orçamento.

Fórmula de cálculo: $[(\text{Arrecadação realizada}) / (\text{meta de arrecadação}) \times 100]$.

Fonte Dados: DW-Arrecadação e Decretos de Execução do Orçamento.

Comentários: Na região de circunscrição desta UJ a estrutura econômica está concentrada, sobretudo, nas indústrias extrativa mineral e de eletrônicos, sendo, portanto, mais dependente do dinamismo da demanda externa e de condições favoráveis no mercado de crédito. Tal realidade contribuiu para que os impactos do agravamento da crise mundial ocorressem com forte intensidade sobre a atividade econômica da região. Não obstante, o empreendimento de um conjunto de iniciativas estratégicas regionais, focadas na elevação da presença fiscal e percepção de risco, contribuiu decisivamente para que fossem atenuados os efeitos da crise, resultando no cumprimento da meta estabelecida.

Indicador: **Tempo médio de espera para atendimento**

| RESPONSÁVEL | UNIDADE DE MEDIDA | POLARIDADE | META | RESULTADO |
|-------------|-------------------|------------|-------|-----------|
| Suara/RFB | Minutos | Negativa | 25,00 | 22,00 |

Finalidade: Medir o tempo de espera, pelo contribuinte, para atendimento, sem limitação de senha.

Fórmula de cálculo: Média ponderada dos tempos de espera para chamada de serviços, nas unidades de atendimento, no período, apurada de acordo com a metodologia adotada pelo sistema Saga.

Fonte Dados: Sistema Saga.

Comentários: Como referencial de desempenho, registre-se que a UJ obteve o resultado de 31,41 neste indicador em 2008. A relevante superação da meta estabelecida para 2009 resultou, sobretudo, do planejamento e implantação regional de duas iniciativas estratégicas focadas na otimização do atendimento. A primeira iniciativa foi a ampliação da utilização de atendimento agendado e a divulgação dos serviços eletrônicos em todos os meios de comunicação, o que propiciou descongestionar as unidades de atendimento da região. A outra iniciativa foi a implantação de fóruns permanentes de discussão - com os órgãos e as entidades intervenientes e/ou representativas dos usuários - das questões do atendimento prestado pela RFB. Tal iniciativa resultou em maior interação com os usuários e intervenientes, fornecendo insumos para a busca de soluções ágeis para os problemas existentes no atendimento, com maior e mais acurado conhecimento dos principais entraves vivenciados pelo contribuinte para o adimplemento de suas obrigações tributárias.

Indicador: **Grau de evolução real da arrecadação**

| RESPONSÁVEL | UNIDADE DE MEDIDA | POLARIDADE | META | RESULTADO |
|-------------|-------------------|------------|-------|-----------|
| Sutri/RFB | Percentual | Positiva | 99,20 | 93,10 |

Finalidade: Mensurar o crescimento real da arrecadação, do trimestre atual em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, atualizando-se a série pela variação do IPCA.

Fórmula de cálculo: $\{[(\text{Arrecadação realizada em } t) / (\text{arrecadação realizada em } t-4)] \times 100\}$, onde t representa o trimestre.

Fonte Dados: DW-Arrecadação.

Comentários: Para este indicador aplicam-se os comentários feitos para o indicador “Índice de realização da meta global de arrecadação”, acrescidos dos seguintes comentários: É fato que o conjunto de esforços empreendidos pela UJ contribuiu para que fosse cumprida a meta de arrecadação em 2009, porém os valores arrecadados nesse ano de crise mundial não permitiram repetir o desempenho alcançado no ano anterior, haja vista que em 2008 iniciou-se uma crise mundial com impactos iniciais no mercado financeiro internacional, epicentros nos EUA e UE, com posteriores reflexos na economia real, indústria e comércio, que vieram a repercutir setor a setor nos países em desenvolvimento ao longo do segundo semestre. Apesar disso, não houve repercussão significativa no fluxo da arrecadação no próprio exercício, mas somente em 2009. O quadro abaixo ilustra o desempenho, por tributo, da arrecadação na 2ª RF em 2008 e 2009, e informa quanto cada tributo representou, em percentual, do total arrecadado em cada ano.

| TRIBUTOS | ARRECADAÇÃO EM R\$ 1.000 | | VARIÇÃO PERCENTUAL | PART % NA ARRECADAÇÃO | |
|--------------------|-----------------------------|------------|-----------------------|-----------------------|--------------|
| | 2009 | 2008 | | 2009 | 2008 |
| IMPORTAÇÃO | 390.944 | 455.501 | -14,17 | 2,48 | 2,81 |
| EXPORTAÇÃO | 1.029 | 199 | 416,53 | 0,01 | 0,00 |
| I.P.I | 448.966 | 736.716 | -39,06 | 2,84 | 4,55 |
| I.R.P.F | 351.087 | 324.848 | 8,08 | 2,22 | 2,01 |
| I.R.P.J | 1.629.264 | 1.561.452 | 4,34 | 10,32 | 9,64 |
| I.R.R.F | 1.295.342 | 1.405.422 | -7,83 | 8,20 | 8,68 |
| I.O.F | 74.465 | 76.701 | -2,91 | 0,47 | 0,47 |
| I.T.R | 17.494 | 14.279 | 22,52 | 0,11 | 0,09 |
| C.P.M.F | 1.722 | 6.255 | -72,46 | 0,01 | 0,04 |
| COFINS | 3.294.535 | 3.695.952 | -10,86 | 20,86 | 22,83 |
| PIS/PASEP | 994.500 | 1.023.232 | -2,81 | 6,30 | 6,32 |
| C.S.LL | 1.082.359 | 1.209.022 | -10,48 | 6,85 | 7,47 |
| CIDE | 74.203 | 64.614 | 14,84 | 0,47 | 0,40 |
| FUNDAF | 5.034 | 4.467 | 12,71 | 0,03 | 0,03 |
| PGTO UNIFICADO | 181.876 | -2.653 | -6.956,37 | 1,15 | -0,02 |
| OUTRAS RECEITAS | 82.819 | 159.610 | -48,11 | 0,52 | 0,99 |
| PREVIDENCIÁRIA | 5.865.247 | 5.455.075 | 7,52 | 37,14 | 33,69 |
| REC ADM PELA 2ª RF | 15.790.889 | 16.190.692 | -2,47 | 100,00 | 100,00 |

Fonte: SIADI

IMPOSTO SOBRE IMPORTAÇÃO (- 14,17%):

O resultado negativo na arrecadação regional do imposto decorreu, sobretudo, da retração de 26,62% no valor em dólar CIF das importações sujeitas ao recolhimento integral, que no ano de 2009 alcançou US\$ 1.312,5 milhões contra US\$ 1.788,6 milhões em 2008. Abaixo estão relacionados os setores econômicos que mais influenciaram o desempenho deste tributo.

| Setores Econômicos | Valor Importado em US\$ CIF | | ∧ % |
|--|-----------------------------|-------------|--------|
| | 2009 | 2008 | |
| Com. por Atacado, Exceto Veículos Automotores e Motos | 232.654.054 | 282.832.426 | -17,74 |
| Fab. de Equip. de Informática, Produtos eletrônicos | 219.889.628 | 417.950.691 | -47,39 |
| Metalurgia | 184.096.687 | 163.809.291 | 12,38 |
| Transporte Aéreo | 93.045.194 | 96.357.925 | -3,44 |
| Fabricação de Coque, de produtos Derivados de Petróleo | 87.523.846 | 299.376.378 | -70,76 |

IPI (- 39,06%):

IPI-Industrial (- 25,29%) - O comportamento decorreu, sobretudo, da retração dos recolhimentos de IPI-Industrial incidente sobre mercadorias não sujeitas aos benefícios da Zona Franca de Manaus, cuja arrecadação caiu 30,45%, haja vista que a arrecadação de 2009 atingiu R\$ 108,4 milhões contra R\$ 155,8 milhões em 2008. Essa retração deve-se ao fato de que a área industrial nacional foi a mais atingida no início da crise, tendo em vista o adiamento de pedidos para reposição de estoques, fruto de momentos de apreensão com os rumos da economia, ocorridos especialmente no quarto trimestre de 2008.

IPI-Bebidas (- 19,27%) - A razão para a queda encontra-se na mudança na sistemática de tributação do setor de bebidas, em decorrência de dispositivos contidos na Lei 11.727/08. Pela lei, o novo modelo deve considerar os preços praticados em pesquisa ao consumidor final (Regime Especial de Tributação do Setor de Bebidas). Esses preços foram utilizados para criar as tabelas relativas à tributação constante do Decreto 6.707/08.

IPI-Fumo (- 59,09%) - A partir de julho/09 o recolhimento passou a ser centralizado no estabelecimento produtor, conforme disposto na Lei 11.933/09, art 9º. Desse modo, a 2ª RF teve uma perda de arrecadação cuja média mensal, de janeiro a junho de 2009, foi de R\$ 9,8 milhões.

IPI-Vinculado (- 44,35%) - Retração de 26,62% quando comparamos o ano de 2009 com 2008, no volume, em Dólar CIF, de importações sujeitas à tributação com recolhimento integral direcionado para consumo.

IRRF (- 7,83%):

O desempenho deste grupo de receitas, quando comparamos o ano de 2009 com o de 2008, foi influenciado pelos seguintes fatores: Retração de 5,51% na arrecadação do IRRF-Rendimentos do Trabalho assalariado, oriundos das entidades empresariais, responsáveis por 65% da arrecadação total do tributo, enquanto que os recolhimentos da Administração Pública registraram incremento de 6,28%. Efeito legislação: Alteração da tabela de incidência do IRPF - Lei nº 11.945/09. Queda de 37,88% na arrecadação da rubrica IRRF-Rendimentos de Residentes no Exterior, cuja arrecadação em 2009 atingiu R\$130,0 milhões contra R\$ 209,2 milhões em 2008.

COFINS (- 10,86%) e PIS/PASEP (- 2,81%):

O resultado apresentado por estas contribuições sociais em 2009 reflete, em grande parte, o comportamento da produção industrial nos estados do Pará e Amazonas, sendo que no primeiro a produção industrial registrou uma retração de 8%, e no segundo de 10,1% quando comparado com igual período de 2008.

Amazonas:

Na comparação com novembro de 2008, houve acréscimo de 8%, encerrando período de doze taxas negativas consecutivas neste tipo de comparação. No índice acumulado no ano observou-se recuo de 10,1% e para o acumulado nos últimos doze meses, a queda atingiu 10%, interrompendo a trajetória descendente observada desde setembro de 2008. No índice mensal, oito dos onze ramos pesquisados contribuíram positivamente para o avanço de 8% na indústria amazonense.

A principal influência positiva foi assinalada por alimentos e bebidas (29,9%) - por conta do aumento na fabricação de preparações em xarope e em pó para elaboração de bebidas -, seguido pelo setor de máquinas e equipamentos (59,2%), pressionado pelos itens fornos de microondas e aparelhos de ar condicionado de parede, e material eletrônico e equipamentos de comunicações (9,3%), influenciado pela maior fabricação de telefones celulares.

Por outro lado, entre as três atividades que apontaram queda, o maior destaque ficou com outros equipamentos de transporte (-21,2%), impulsionado pelos itens motocicletas e suas peças. O indicador acumulado no período janeiro-novembro de 2009 assinalou queda de 10,1%, com seis segmentos apontando taxas negativas. Os principais impactos negativos ficaram com material eletrônico e equipamentos de comunicações (-20,7%) e outros equipamentos de transporte (-32,1%), pressionados pelos itens televisores e telefones celulares, no primeiro ramo, e motocicletas e suas peças no segundo. Por outro lado, alimentos e bebidas (13,8%) figuraram como a contribuição positiva mais relevante, impulsionadas pelos itens preparações em xarope e em pó para elaboração de bebidas.

Pará:

No confronto com novembro de 2008, o setor industrial paraense recuou 6,5% e manteve a seqüência de doze taxas negativas. Para períodos de comparação mais longos, os resultados também foram negativos: o indicador acumulado no ano apontou queda de 8%, e o acumulado nos últimos doze meses recuo de 7,9%, que manteve a trajetória descendente iniciada em dezembro de 2008 (5,6%). No indicador mensal, a indústria paraense recuou 6,5%, com cinco das seis atividades registrando desempenho negativo. A queda observada no setor extrativo (-11,5%), por conta da menor extração de minérios de ferro, foi a que exerceu maior pressão sobre a formação da taxa global. Vale destacar também as perdas vindas de metalurgia básica (-2,3%) e de minerais não metálicos (-14,1%), por conta dos itens óxido de alumínio e ferro-gusa, no primeiro ramo, e caulim beneficiado no segundo.

Em sentido contrário, alimentos e bebidas (12,8%), impulsionado por refrigerantes e crustáceo, foi o único setor com taxa positiva nesse tipo de comparação. No índice acumulado janeiro-novembro de 2009 o setor industrial paraense recuou 8%, pressionado pelas taxas negativas em cinco das seis atividades investigadas, com o setor extrativo (-15,9%) exercendo a principal influência, vindo a seguir madeira (-30%) e minerais não metálicos (-24,4%). Nesses setores sobressaem as perdas vindas de minérios de ferro; madeira serrada e compensada; e caulim beneficiado. Por outro lado, a única contribuição positiva veio de metalurgia básica (11,4%), impulsionada pelo item óxido de alumínio.

IRPJ (+ 4,34%) e CSLL (- 10,48%):

O comportamento da arrecadação destes tributos no ano de 2009 em relação a 2008 reflete a redução na lucratividade das empresas, em decorrência da crise econômica mundial que eclodiu em 2008, mais propriamente a partir de setembro. No caso da CSLL incidente sobre instituições financeiras houve crescimento da arrecadação em virtude da majoração de sua alíquota, de 9% para 15%, a partir dos fatos geradores ocorridos em maio/08 (Lei nº 11.727/08), porém, tal fato não trouxe grande reflexo na arrecadação regional, haja vista o porte dos bancos regionais. O descompasso entre o crescimento do IRPJ e a retração da CSLL decorre do fato de que em 2009 foi recolhido R\$ 86,9 milhões de IRPJ de exercícios anteriores. O quadro abaixo ilustra as atividades econômicas com maior impacto negativo na arrecadação.

| Tributos | Atividades Econômicas | Arrecadação | | Dif. Abs. | ∧ % |
|----------|--|-------------|-------------|--------------|--------|
| | | 2009 | 2008 | | |
| IRPJ | Fabricação de motocicletas | 68.278.380 | 181.181.268 | -112.902.888 | -62,31 |
| | Fab. De apar. telefônicos e outros equip. comunic. | 17.288.853 | 64.600.278 | -47.311.425 | -73,24 |
| | Fabricação de artigos de cutelaria | 250.937 | 41.140.237 | -40.889.300 | -99,39 |
| | Com. a varejo e por atacado de veículos automot | 38.626.932 | 46.042.398 | -7.415.466 | -16,11 |
| | Distribuição de energia elétrica | 16.628.417 | 23.197.812 | -6.569.395 | -28,32 |
| CSLL | Fabricação de motocicletas | 71.364.883 | 167.293.073 | -95.928.190 | -57,34 |
| | Fab. De apar. telefônicos e outros equip. comunic. | 5.770.134 | 67.946.355 | -62.176.221 | -91,51 |
| | Fabricação de artigos de cutelaria | 154.842 | 22.158.496 | -22.003.653 | -99,30 |
| | Distribuição de energia elétrica | 4.441.884 | 10.613.678 | -6.171.794 | -58,15 |
| | Geração de energia elétrica | 6.756.676 | 12.620.389 | -5.863.712 | -46,46 |

IRPF (+ 8,08%):

Encerramos a análise comentando o desempenho dos demais tributos que, ao lado do IRPJ, contribuíram para minimizar os efeitos da queda na atividade industrial e das desonerações legais, mudanças cadastrais (centralizadores) de arrecadação, com a conseqüente redução na arrecadação dos tributos já listados. Com relação ao IRPF, observou-se o fato que, apesar da crise, houve um aumento da massa salarial, indicando uma preservação quantitativa e qualitativa dos postos de trabalho, parte relevante da incidência do tributo.

RECEITA PREVIDENCIÁRIA (+ 7,52%):

Listamos abaixo os 3 principais fatores relacionados a este aumento de desempenho. Significativo crescimento da arrecadação oriunda de Órgãos do Poder Público, sobretudo em razão da Operação Paço de Cristal, trabalho de inteligência fiscal focado na recuperação de crédito tributário e demonstração de presença fiscal nesses Órgãos. O quadro a seguir relaciona os resultados mais significativos obtidos na 2ª RF.

| ITENS | BELÉM | SANTARÉM | MARABÁ | BOA VISTA |
|-----------------------------|----------------|---------------|---------------|---------------|
| PREFEITURAS | 41 | 5 | 8 | 15 |
| EM ANDAMENTO | 9 | 5 | 8 | 0 |
| CONCLUÍDAS | 32 | 0 | 0 | 15 |
| CRÉDITO LANÇADO/2009 | 135.713.559,28 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| ARRECADAÇÃO 2008 | 87.855.503,50 | 31.171.932,18 | 28.667.105,60 | 13.450.269,31 |
| ARRECADAÇÃO 2009 | 132.843.864,39 | 47.434.477,63 | 67.786.665,00 | 35.257.336,99 |
| % 2008/2009 | 151,21 | 152,17 | 236,46 | 262,13 |

Impacto do novo salário-mínimo e do novo teto previdenciário nesta receita. Aumento da massa salarial, indicando uma preservação quantitativa e qualitativa dos postos de trabalho. Seguem os números aferidos em cada estado da 2ª RF.

Acre: De janeiro a novembro de 2009 houve acréscimo de 2.990 postos de trabalho celetistas (+5,37%). Este resultado foi o melhor de toda a série histórica do CAGED, em termos absolutos e relativos.

Amapá: De janeiro a novembro de 2009 houve acréscimo de 424 postos (+0,78%).

Amazonas: De janeiro a novembro de 2009 houve acréscimo de 6.574 postos (+1,87%).

Pará: De janeiro a novembro de 2009 houve acréscimo de 12.338 postos (+2,23%).

Rondônia: De janeiro a novembro de 2009 houve acréscimo de 28.183 postos (+16,85%), constituindo, em termos absolutos e relativos, o melhor desempenho de toda a série histórica do CAGED e da Região Norte. Reflexo oriundo da construção das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau.

Roraima: De janeiro a novembro de 2009 houve acréscimo de 1.469 postos (+4,64%).

Indicador: Tempo médio bruto no despacho aduaneiro de importação

| RESPONSÁVEL | UNIDADE DE MEDIDA | POLARIDADE | META | RESULTADO |
|-------------|-------------------|------------|------|-----------|
| Suari/RFB | Dias | Negativa | 1,63 | 1,66 |

Finalidade: Medir o tempo médio bruto consolidado do despacho aduaneiro de importação.

Fórmula de cálculo: Somatório dos tempos entre o registro de cada DI no Siscomex e o respectivo desembaraço dividido pela quantidade de DIs desembaraçadas.

Fonte Dados: Sistema Gerencial do Desempenho Aduaneiro.

Comentários: Apesar das dificuldades ocasionadas pela frequente diminuição do quadro de servidores da RFB nesta região fiscal, houve em 2009 uma busca pela preservação do desempenho obtido neste indicador no ano anterior (resultado em 2008 = 1,71), tendo esta atividade sido priorizada em relação a outras ações de controle e fiscalização. Importante registrar o resultado global da RFB neste indicador em 2009: 2,62.

Indicador: Tempo médio bruto no despacho aduaneiro de exportação

| RESPONSÁVEL | UNIDADE DE MEDIDA | POLARIDADE | META | RESULTADO |
|-------------|-------------------|------------|------|-----------|
| Suari/RFB | Dias | Negativa | 1,39 | 1,65 |

Finalidade: Medir o tempo médio bruto consolidado do despacho aduaneiro de exportação.

Fórmula de cálculo: Somatório dos tempos entre a recepção de cada DE e o respectivo desembaraço dividido pela quantidade de DEs desembaraçadas.

Fonte Dados: Sistema Gerencial do Desempenho Aduaneiro.

Comentários: A meta estabelecida para 2009 baseou-se no resultado de 1,46 obtido pela UJ neste indicador em 2008. É evidente a necessidade de melhora dos resultados neste indicador, de sorte que providências gerenciais e operacionais já vêm sendo adotadas em âmbito regional, sobretudo pelo referencial de resultado global da RFB neste indicador em 2009: 0,62.

Indicador: **Número de eventos de sensibilização em Educação Fiscal com participação da RFB**

| RESPONSÁVEL | UNIDADE DE MEDIDA | POLARIDADE | META | RESULTADO |
|-------------|-------------------|------------|------|-----------|
| Suara/RFB | Número absoluto | Positiva | 102 | 517 |

Finalidade: Medir o número de eventos de educação fiscal, conforme critérios definidos pela Coaef, para o público interno e externo com a participação da RFB.

Fórmula de cálculo: Quantidade de eventos realizados com a participação da RFB.

Fonte Dados: Planilhas preenchidas pelos Representantes de Educação Fiscal em cada Região Fiscal. No futuro, sistema para apuração, avaliação e emissão de relatório (demanda na Cotec).

Comentários: É crença desta UJ que a aceitação social do tributo representa o principal indutor de médio e longo prazo na realização espontânea da arrecadação, o que reduz a brecha fiscal e o custo litigioso de realização do crédito tributário, permitindo maior eficiência da máquina pública. Além do aspecto comentado no parágrafo anterior, um dos fatores práticos que contribuiu para o relevante resultado obtido pela UJ neste indicador em 2009 foi a criação de um banco de colaboradores em Educação Fiscal, formado por servidores voluntários da própria RFB na 2ª RF.

Indicador: **Índice de presença fiscal na fiscalização de tributos internos**

| RESPONSÁVEL | UNIDADE DE MEDIDA | POLARIDADE | META | RESULTADO |
|-------------|-------------------|------------|------|-----------|
| Sufis/RFB | Percentual | Positiva | 8,38 | 8,65 |

Finalidade: Medir a variação da cobertura da fiscalização de tributos internos.

Fórmula de cálculo: $\{[Média\ aritmética\ da\ (CFPJ + CFPF + CFD)] \times 100\}$, onde: Cobertura da fiscalização de tributos internos sobre os PJ (CFPJ) = $[(Quantidade\ de\ contribuintes\ de\ demais\ PJ\ objeto\ de\ fiscalização\ ou\ revisões\ no\ ano) / Quantidade\ de\ PJ\ demais\ ativas]$; Cobertura da fiscalização de pessoa física (CFPF) = $[(Quantidade\ de\ contribuintes\ de\ PF\ objeto\ de\ fiscalização\ malha\ PF\ ou\ malha\ ITR) / Quantidade\ de\ PF\ declarantes]$; Cobertura da fiscalização PJ Diferenciada (CFD) = $[(Quantidade\ de\ contribuintes\ de\ PJ\ diferenciados\ objeto\ de\ fiscalização,\ revisões\ ou\ fiscalizações\ de\ comércio\ exterior\ no\ ano) / Quantidade\ de\ PJ\ diferenciadas]$.

Fonte Dados: Ação Fiscal de Tributos Internos, Gerencial da Malha PF, Gerencial da Malha ITR.

Comentários: É bastante provável que o aumento da produtividade – refletido pelo indicador de horas-padrão da fiscalização – tenha sido um dos fatores que contribuíram para o cumprimento da meta estabelecida. Esse aumento de produtividade decorreu de uma realização mais rápida das fiscalizações programadas em relação à hora-média padrão da portaria nacional de metas para 2009. Basicamente, listamos três fatos que contribuíram para essa realização mais célere: avanços no processo de planejamento/programação das PJs e PFs a serem fiscalizadas pelas Delegacias da 2ª RF; acompanhamento/controlado concomitante - pelo órgão gestor regional - das realizações das delegacias, gerando o alcance das metas programadas e avanço nos sistemas informatizados da RFB.

Indicador: **Índice de cobertura da fiscalização aduaneira**

| RESPONSÁVEL | UNIDADE DE MEDIDA | POLARIDADE | META | RESULTADO |
|-------------|-------------------|------------|------|-----------|
| Suari/RFB | Percentual | Positiva | 5,50 | 6,06 |

Finalidade: Medir o percentual médio de operadores de comércio exterior que são objetos de fiscalização a posteriori, no período indicado.

Fórmula de cálculo: [(Quantidade de fiscalizações externas realizadas no ano) / (Quantidade de operadores de comércio exterior que representaram 99% do volume do comércio exterior brasileiro nos 5 anos anteriores)], onde: Quantidade de fiscalizações externas realizadas no ano = quantidade de fiscalizações computadas para fins do Plano Nacional de Fiscalização Aduaneira (PNFA), extraídas do sistema Ação Fiscal Aduaneiro; Quantidade de operadores de comércio exterior que representaram 99% do volume do comércio exterior brasileiro nos 5 anos anteriores = contagem do número de estabelecimentos que atuaram no comércio exterior e que tenham sido responsáveis por 99% do volume (medido pelo VMLE, ou seja, pelo valor da mercadoria no local de embarque) das importações e exportações nos 5 anos imediatamente anteriores ao ano (Ano X) para o qual o indicador está sendo apurado.

Fonte Dados: Ação Fiscal Aduaneiro e DW Aduaneiro.

Comentários: A despeito das dificuldades ocasionadas pela freqüente diminuição do quadro de servidores da RFB nesta região fiscal, ainda foi possível cumprir a meta estabelecida para este indicador em 2009. Entretanto, a persistência dessa realidade neste ano indica uma grande tendência de que o resultado a ser obtido em 2010 represente perda de desempenho em relação ao ano anterior.

Indicador: **Grau de eficácia da seleção e fiscalização no despacho de importação**

| RESPONSÁVEL | UNIDADE DE MEDIDA | POLARIDADE | META | RESULTADO |
|-------------|-------------------|------------|-------|-----------|
| Suari/RFB | Percentual | Positiva | 10,00 | 1,85 |

Finalidade: Medir a eficácia da seleção e fiscalização no despacho de importação.

Fórmula de cálculo: {[(Nº de DIs desembaraçadas com ficha de ocorrência (FDI) no Ambiente de Registro e Rastreamento da Atuação dos Intervenientes Aduaneiros (Radar) + nº de DIs não-desembaraçadas com FDI no Radar, com indicação de perdimento total de mercadorias) / (nº de DIs desembaraçadas com verificação aduaneira + nº de DIs não-desembaraçadas com FDI no Radar com indicação de perdimento total de mercadorias)] x 100}.

Fonte Dados: Informações obtidas a partir de pesquisa no sistema Gerencial de Desempenho Aduaneiro (GDA) e no sistema DW Corporativo, visão aduaneira (DWA), cujo banco de dados é construído com informações do Siscomex, módulo Importação, e do sistema Radar.

Comentários: Tendo em vista que a fórmula do indicador em questão abrange as parametrizações realizadas pelo sistema Siscomex, o resultado aferido contribui para ratificar a necessidade do emprego de maior inteligência no processo de seleção dos despachos que devem ser fiscalizados pela RFB. Na 2ª RF o desempenho das fiscalizações no despacho aduaneiro é complementado pelo acompanhamento de um outro indicador focado apenas na intervenção do servidor aduaneiro no processo de parametrização que o sistema utiliza. Esse indicador regional abrange apenas os despachos cuja fiscalização é dispensada pelo processo de parametrização do sistema, mas que o servidor aduaneiro, no uso de sua prerrogativa funcional, decide selecionar e proceder à fiscalização. Os resultados aferidos para esse indicador regional iniciaram o ano de 2009 na faixa de 50%, e finalizaram 2009 no patamar de 80%.

Indicador: **Grau de eficácia da seleção e fiscalização aduaneira de intervenientes no comércio exterior**

| RESPONSÁVEL | UNIDADE DE MEDIDA | POLARIDADE | META | RESULTADO |
|-------------|-------------------|------------|-------|-----------|
| Suari/RFB | Percentual | Positiva | 80,00 | 66,67 |

Finalidade: Medir a relação entre as ações fiscais aduaneiras de zona secundária concluídas com resultado e as ações fiscais concluídas.

Fórmula de cálculo: [(Ações fiscais concluídas com resultado / ações fiscais concluídas) x 100].

Fonte Dados: DW Aduaneiro e Ação Fiscal Aduaneiro.

Comentários: É evidente a necessidade de melhora dos resultados neste indicador, de sorte que providências gerenciais e operacionais já vêm sendo adotadas em âmbito regional, dentre as quais a principal foi a centralização de todo o processo de seleção em apenas dois pólos - as Alfândegas dos Portos de Belém e de Manaus - o que permitirá: aumentar o grau de especialização nesta atividade; a permanente troca de experiências entre as equipes desses dois pólos e melhorar a efetividade do processo de seleção.

Indicador: **Número de análises de perfis de contribuintes diferenciados**

| RESPONSÁVEL | UNIDADE DE MEDIDA | POLARIDADE | META | RESULTADO |
|-------------|-------------------|------------|------|-----------|
| Sufis/RFB | Número absoluto | Positiva | 2 | 2 |

Finalidade: Conhecer o perfil integral dos contribuintes através da metodologia de acompanhamento dos contribuintes diferenciados por setor econômico.

Fórmula de cálculo: Quantidade de análises de contribuintes diferenciados realizadas pela metodologia de acompanhamento por setor econômico sob a responsabilidade da Coordenação Especial de Maiores Contribuintes (Comac).

Fonte Dados: Metodologia de acompanhamento de contribuintes diferenciados por setor econômico (em desenvolvimento na Comac).

Comentários: As análises refletidas no resultado referem-se à meta de perfil por setor econômico, determinada em 2009 pelo Órgão Central para todas as regiões fiscais. Trata-se de método que verifica diferenças significativas de situação patrimonial e financeira em empresas de um mesmo setor. No caso da 2ª RF definiu-se que o estudo se restringiria ao setor de energia elétrica, para o qual duas concessionárias foram escolhidas por apresentarem tais indícios.

Por conta das características regionais, um desses dois casos apresentou relevantes justificativas, que acabaram por explicar parte significativa das divergências. Não obstante, algumas questões pontuais foram trabalhadas, inclusive com a realização de fiscalizações que permitiram lançamento de ofício, bem como aperfeiçoar o processo nacional de identificação de indícios de sonegação por setor econômico. Além disso, recomendações pontuais foram feitas no sentido de aproximar a presença fiscal da ocorrência temporal dos fatos econômicos geradores de tributos, ou mesmo das possíveis compensações.

Indicador: Grau de aprofundamento dos eventos de capacitação

| RESPONSÁVEL | UNIDADE DE MEDIDA | POLARIDADE | META | RESULTADO |
|-------------|-------------------|------------|-------|-----------|
| Sucor/RFB | Horas | Positiva | 20,00 | 43,13 |

Finalidade: Aferir a profundidade dos eventos de capacitação.

Fórmula de cálculo: Quantidade de horas de treinamento realizado no exercício dividida pela quantidade de servidores treinados no exercício.

Fonte Dados: Siscad.

Comentários: É crença desta UJ que as instituições de excelência, independentemente de contarem com excelente processo de seleção inicial, precisam estar atentas para que os servidores tenham conhecimento oportuno e adequado à dinamicidade dessas mesmas instituições, o que exige capacitação e desenvolvimento constantes. Também é crença que a capacitação oportuna e adequada constitui uma das principais estratégias para o alcance dos resultados pretendidos. Entende-se que não é cabível no mundo atual a visão de que os servidores estão aptos e plenos para o exercício de suas atribuições - com qualidade e produtividade - sem constante capacitação e renovação de seus conhecimentos.

Indicador: Grau de amplitude da capacitação dos servidores

| RESPONSÁVEL | UNIDADE DE MEDIDA | POLARIDADE | META | RESULTADO |
|-------------|-------------------|------------|--------|-----------|
| Sucor/RFB | Percentual | Positiva | 100,00 | 78,30 |

Finalidade: Aferir o percentual de servidores capacitados por unidade.

Fórmula de cálculo: Quantidade de servidores treinados no exercício dividida pela quantidade de servidores no exercício.

Fonte Dados: Siscad.

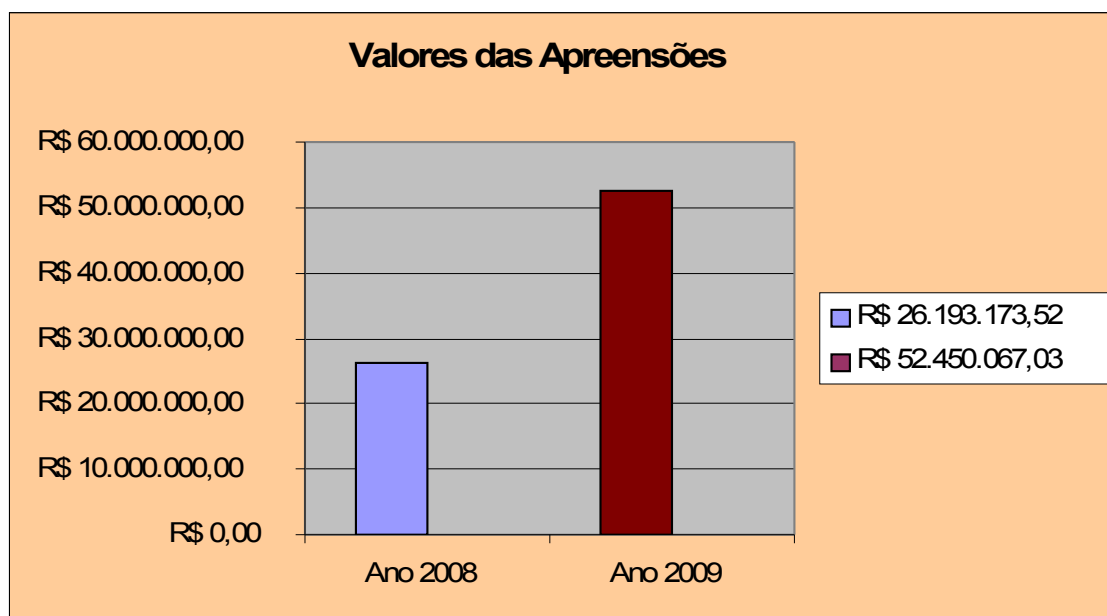
Comentários: Para este indicador aplicam-se os comentários feitos para o indicador “Grau de aprofundamento dos eventos de capacitação”, acrescidos da informação referente ao resultado global da RFB neste indicador em 2009: 62,28.

Referente ao acompanhamento de indicadores, alguns outros resultados obtidos pela 2ª RF em 2009 merecem destaque, tais como:

O aumento das ações de combate ao contrabando e descaminho ao longo de 2009 elevou em 100,2% o valor dos autos referentes às apreensões de produtos ilegais na 2ª RF em relação ao ano anterior. Os valores saltaram de R\$ 26,2 milhões em 2008 para R\$ 52,5 milhões em 2009.

A intensificação e a qualificação do combate aos ilícitos aduaneiros foram os principais fatores que contribuíram para o expressivo resultado alcançado pela região. Houve aumento das autuações, em especial, nas de perdimento de mercadorias, e um ganho qualitativo nas operações. Em 2009, foram realizadas 130 operações contra 68 em 2008, o que representou um crescimento de 91,2%.

A criação da Equipe Regional de Repressão, investimento em capacitação de servidores para a atividade, a atenção aos estoques pendentes de auto de infração (Projeto Estoque Zero) e o fortalecimento de parcerias com órgãos afins como Polícia Federal, Exército, Ministério Público, foram também fundamentais para o êxito alcançado. Os alvos da repressão e da vigilância aduaneira na 2ª RF em 2009 foram empresas atacadistas de produtos importados, empresas varejistas de produtos importados, embarcações, portos, pontos de fronteira, além de rodovias e estradas vicinais, áreas de comércio informal (atacadistas), aeroportos e aeronaves.



Outro destaque da região em 2009 foram as oito operações especiais, que geraram créditos tributários de R\$ 317.751.749,79. Somente a “Paço de Cristal”, iniciada na DRF Belém e estendida a toda a 2ª RF, para recuperar crédito tributário nas prefeituras e demonstrar presença fiscal, contribuiu para uma arrecadação extra de R\$ 129.744.817,98. Este resultado representa um crescimento de 51% das contribuições previdenciárias dos municípios que foram alvo de uma ou mais das etapas previstas (orientação tributária, diligências e/ou fiscalização).

Já a operação “Êxodus” fiscalizou a remessa ilegal de divisas para fora do país, a “Cefaléia” detectou deduções fictícias que elevavam de forma fraudulenta os valores de restituições. Por sua vez, o encerramento da operação “Mad Maria” apurou o internamento irregular de mercadorias na Suframa. As outras operações foram a “Aguardente”, que investigou a sonegação de IPI via comercialização de bebidas sem aposição do selo de controle, a “Pirâmide”, que apurou variação patrimonial a descoberto no setor imobiliário, a “Shows e Eventos”, ainda em andamento, para apuração de sonegação em shows artísticos, e a “Cooperativas”, também em andamento, para investigar ilícitos tributários em cooperativas de trabalho médico.

A intenção da UJ é que essas operações se transformem em modelo de trabalho para todas as unidades da 2ª RF, de modo que as referidas operações sejam a marca registrada das Delegacias e Alfândegas da região, tendo em vista a alta capacidade que esse tipo de ação tem em gerar percepção de risco, permitir tratamento mais uniforme dos contribuintes, alto percentual de recolhimento ‘espontâneo’ e grande integração entre as áreas de arrecadação, seleção/programação e fiscalização, inclusive entre tributos internos e Aduana.

A estratégia da região para alcançar tais êxitos foi o foco nos resultados. Essa estratégia se evidenciou na criação de indicadores e metas condizentes com a realidade da 2ª RF e que serviram, inclusive, para o acompanhamento de diretrizes regionais.

Outras medidas que sinalizaram para o foco nos resultados foram a criação de um banco de acompanhamento das iniciativas, o estabelecimento de metas inovadoras, a inequívoca negociação para obtenção de compromisso dos gestores com todas as metas acompanhadas, além de uma reunião semanal na Superintendência com os chefes de Divisão e os assistentes, para deliberação de agendas executivas de resolução de problemas e disseminação de boas práticas. Destaque-se também a implementação de duas outras iniciativas regionais que tiveram marco normativo no início deste ano, mas que a construção fora realizada durante o exercício de 2009.

IMPLANTAÇÃO DOS 3 NÚCLEOS DE CONCENTRAÇÃO LOGÍSTICA

Trata-se da concentração das atividades regionais de programação e logística em três Centros Integrados localizados em Belém, Manaus e Rio Branco, para atender as Unidades dos Estados do Pará e Amapá; Amazonas e Roraima; e Acre e Rondônia, respectivamente.

Principais Benefícios

- Otimizar a utilização dos recursos disponíveis;
- Aumentar o grau de especialização nas atividades de programação e logística;
- Liberar servidores para as atividades-fins da RFB;
- Obter escala econômica nos contratos;
- Obter escala administrativa na realização das licitações e gestão dos contratos;
- Garantir maior padronização nos certames.

Principais Estratégias para a Viabilização

- Entendimento dos CIPOL como Centros de Serviços;
- Aumento da utilização dos destaques orçamentários;
- Uso complementar do indicador de execução orçamentária;
- Ratificação, pelos administradores, do cronograma físico-financeiro;
- Uso da metodologia de Unidade Gestora Responsável para garantir uma execução contábil que considere o princípio da entidade.

SISTEMATIZAÇÃO DO APERFEIÇOAMENTO CONTÍNUO DOS LANÇAMENTOS

Identificar os principais aspectos formais e materiais que acarretaram a exoneração do crédito tributário pela DRJ/BEL no ano de 2008; Examinar e aprimorar, em comum acordo, os relatórios encaminhados pela DRJ/BEL sobre os processos julgados em que houve desoneração do crédito (1ª instância); Implementar, efetivamente, um acompanhamento crítico em relação aos lançamentos realizados pelas equipes de fiscalização (pré e pós-lançamento).

Principais Benefícios

Reduzir o percentual de processos com exoneração (parcial ou total) - já na 1ª instância - do crédito tributário;

Diminuir o “retrabalho” da área de fiscalização;

Contribuir para a manutenção do lançamento na 2ª instância;

Contribuir para a agilização da cobrança do crédito;

Contribuir para a melhoria da eficiência do procedimento do lançamento à luz dos princípios que regem a Administração Pública.

Principais Estratégias para a Viabilização

Análise dos relatórios e dos processos julgados (desoneração), por meio de critérios previamente estabelecidos;

Aperfeiçoamento nos relatórios encaminhados, por meio de reuniões com a DRJ/BEL;

Reunião com os supervisores de equipes e chefes de fiscalização;

Realização de ações corretivas, a título de demonstração e conscientização da equipe;

Confecção de uma Ordem de Serviço disciplinando a rotina a ser implantada (periodicidade, responsabilidades, meios, etc).

Ministério da Fazenda
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil
2ª Região Fiscal

Relatório de Gestão do Exercício de 2009

Item 3: Informações sobre recursos humanos da unidade *(Item 3 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU 100/2009)*

3. Informações sobre a composição de Recursos Humanos

3.1. Composição dos Recursos Humanos

| Composição do Quadro de Recursos Humanos Situação apurada em 31/12/2009 | | | | |
|--|-----------------|------------|----------------------|-------------------|
| Regime do Ocupante do Cargo | Lotação Efetiva | | Lotação Autorizada** | Lotação Ideal**** |
| | Carreira ARFB | Outros* | | |
| Estatutários | | | | |
| Próprios | 746 | 534 | 1838 | 1838 |
| Requisitados | | 1 | | |
| Celetistas *** | | 133 | | |
| Cargos de livre provimento***** | | | | |
| Estatutários | 251 | 30 | | |
| Não Estatutários | | | | |
| Terceirizados | | | | |
| Total | 997 | 698 | 1838 | 1838 |

Fonte: SIAPE

* PCC, PGPE, PECFAZ e Seguro Social, no que diz respeito aos servidores estatutários próprios.

** Referente apenas a Carreira ARFB-Port. RFB nº 11416/2007. Relativamente aos servidores PCC, PGPE e PECFAZ, as vagas são autorizadas para o MF. Os integrantes da carreira do Seguro Social foram redistribuídos com os respectivos cargos por força da Lei nº 11.457/2007, não existindo, portanto, vaga autorizada e não ocupada na RFB.

*** Empregados do Serpro (PSE)

**** Referente apenas a Carreira ARFB.

***** Cargos em Comissão e Funções Gratificadas

Obs: Considerando que as informações referentes à **Composição e aos Custos de Recursos Humanos** foram extraídas do sistema SIAPE, por Unidade Pagadora, estão incluídos no quadro acima os dados relativos às Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento, conforme quantitativos abaixo.

| Composição do Quadro de Recursos Humanos Situação apurada em 31/12/2009 Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento – DRJ Belém | | | | |
|--|-----------------|----------|----------------------|-------------------|
| Regime do Ocupante do Cargo | Lotação Efetiva | | Lotação Autorizada** | Lotação Ideal**** |
| | Carreira ARFB | Outros* | | |
| Estatutários | | | | |
| Próprios | 24 | 2 | 49 | 49 |
| Requisitados | | | | |
| Celetistas *** | | | | |
| Cargos de livre provimento***** | | | | |
| Estatutários | 6 | | | |
| Não Estatutários | | | | |
| Terceirizados | | | | |
| Total | 30 | 2 | 49 | 49 |

Fonte: SIAPE

| QUADRO PRÓPRIO | | | | | | | | |
|--|--------------------------|-------------------------------|----------------------|--------------|------------------------|------------|--------------|------------|
| TIPOLOGIA | Qtd. | Vencimentos e vantagens fixas | | Retribuições | Gratificações | Adicionais | Indenizações | |
| Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus) | | | | | | | | |
| 2007 | 1490 | 41.697.110,85 | | | 110.246.475,22 | 220.889,14 | 3.935.871,62 | |
| 2008 | 1529 | 84.548.039,66 | | | 92.853.048,13 | 172.258,57 | 3.273.847,25 | |
| 2009 | 1561 | 170.378.679,58 | | | 42.731.388,17 | 135.776,91 | 3.212.441,27 | |
| Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus) | | | | | | | | |
| 2007 | 134 | 6.293.820,86 | | | | | | |
| 2008 | 131 | 6.479.696,75 | | | | | | |
| 2009 | 133 | 5.069.490,85 | | | | | | |
| Cargo de Provisão em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo) | | | | | | | | |
| 2007 | 2 | | | | 67.141,08 | | | |
| 2008 | | | | | | | | |
| 2009 | | | | | | | | |
| Requisitados com ônus para a UJ | | | | | | | | |
| 2007 | | | | | | | | |
| 2008 | | | | | | | | |
| 2009 | | | | | | | | |
| Requisitados sem ônus para a UJ | | | | | | | | |
| 2007 | | | | | | | | |
| 2008 | 1 | | | | | | | |
| 2009 | 1 | | | | | | | |
| QUADRO TERCEIRIZADO | | | | | | | | |
| Finalidade | Conservação e Vigilância | | Apoio Administrativo | | Atividades de Área-fim | | Estagiários | |
| | Qtd. | Custo | Qtd. | Custo | Qtd. | Custo | Qtd. | Custo |
| 2007 | | | | | | | 9 | 16.893,00 |
| 2008 | | | | | | | 68 | 168.034,11 |
| 2009 | | | | | | | 71 | 314.277,15 |

Fonte: SIAPE

3.2. Contratos de Terceirização de Área-Fim

De acordo com o Art. 2º da Lei nº 11.457 de 16 de março de 2007, que criou a Secretaria da Receita Federal do Brasil, cabe à Secretaria da Receita Federal do Brasil, planejar, executar, acompanhar e avaliar as atividades relativas à tributação, fiscalização, arrecadação, cobrança e recolhimento de contribuições sociais e ainda de acordo com o Art. 9º, da mesma Lei, esta função será atribuição dos cargos de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil e de Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil. Portanto, para fins do disposto no item 3 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU nº 100/2009, não houve contratos de terceirização de Área-fim durante o ano de 2009 firmados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

3.3. Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Para fins do disposto no Item 3 do Conteúdo Geral (Parte A) do anexo II da DN TCU 102/2009, os dados e informações pertinentes ao mesmo constam do Relatório de Gestão Consolidado, parte integrante do processo nº 12440.000031/2010-41 - Tomada de Contas da Secretaria da Receita Federal do Brasil Exercício de 2009.

3.4. Análise Crítica

1. Adequação quantitativa e qualitativa dos quadros à missão organizacional.

O número de servidores que atuam na 2ª RF não atinge o quantitativo adequado para atender as atividades da missão organizacional, da RFB na região. A 2ª RF administra um vasto território que inclui os Estados do Pará, Amazonas, Amapá, Acre, Rondônia e Roraima. Devido a sua grande extensão territorial, a dificuldade em manter os servidores nas unidades de fronteira é um dos grandes desafios. A extensão territorial de fronteira corresponde a 11.700 km, de um total de 28.585 km do restante do Brasil. Em setembro de 2009, foi apresentado pela COGEP, estudo sobre a situação das regiões fiscais, a 2ª RF apresenta-se com um déficit de servidores da Carreira de Auditoria de 140 servidores, porém esse número aumentou nos últimos 05 meses para 162 servidores. A lotação atual da 2ª Região Fiscal representa 4% do total de auditores, contudo suporta 9,6% do déficit absoluto nacional.

2. Adequação dos quantitativos de área-meio em relação à área-fim.

Atualmente o nosso quantitativo da área-meio corresponde a aproximadamente 12%, a área-meio corresponde aos setores de Gestão de Pessoas, Tecnologia e Logística, que são de extrema necessidade para o perfeito funcionamento da área-fim. Esse percentual varia na região, pois em algumas delegacias de médio porte, agências, inspetorias, esse valor é menor e diminuí quando alguns servidores da área meio são deslocados para apoio em demandas de final de semana, pois auxiliam a área-fim nos serviços de mercadorias apreendidas, atendimento a voos internacionais, CAC, entre outras demandas.

3. Desempenho funcional dos servidores e funcionários.

Fazendo uma avaliação da atuação dos servidores, podemos dizer que as unidades estão trabalhando com uma demanda de serviço muito além de sua capacidade operacional, o que ocasiona um desgaste no desempenho. A administração tem procurado auxiliar as unidades, principalmente as menores como: alfândegas, agências e inspetorias, promovendo iniciativas de movimentação de servidores para auxiliar as unidades a formação de Grupos de Trabalho proporcionando a colaboração por meio de equipes de trabalho, contribuindo para o melhor aperfeiçoamento dos servidores, através da troca de conhecimento, bem como da integração entre os servidores da região.

No final de 2009, os servidores que se destacaram nas unidades, receberam portarias de elogio, uma forma de reconhecer o trabalho desenvolvido ao longo do ano. Para 2010 planejamos “Definir os perfis (competências, habilidades, atitudes) requeridos para cada atividade e função, bem como alterar as portarias de perfis de acesso para adequação às necessidades, propor a flexibilização de alguns perfis de acesso a critério do gestor, e uniformizar o entendimento das portarias de perfil de acesso em âmbito regional”, nós temos consciência que será um trabalho difícil, mas tem como objetivo adequar a necessidade do serviço com o melhor do servidor.

4. Necessidade de redução ou ampliação do Quadro de recursos humanos, tanto próprio quanto terceirizado.

A 2ª Região Fiscal tem apresentado inúmeros estudos ao órgão central sobre a necessidade de ampliar o seu quadro de servidores, possuimos um déficit alto em relação as outras regiões, conforme acima citado. A carência de pessoal registrada atualmente já torna bastante deficiente o exercício das atribuições das unidades no controle aduaneiro, ao mesmo tempo crescem as demandas relativas à presença do Estado na Região, com compromissos de Estado firmados pelo governo Brasileiro, visando a integração econômica e social com os países vizinhos, como exemplo, citamos: Alfandegamento dos Aeroportos de Cruzeiro do Sul e de Rio Branco, Alfandegamento do ponto de fronteira de Plácido de Castro/AC, entre outros. Quanto ao número de contratação de terceirizados, entendemos ser necessário o seu aumento, com objetivo de melhor atender atividade-meio, aumentando com isso a disponibilidades dos servidores para atuarem na atividade-fim.

5. Necessidade de renovação do Quadro Próprio de recursos humanos no médio e longo prazo.

Renovação em médio prazo; há a grande necessidade de repor os servidores que foram removidos nos concursos internos, que ocorreram em 2009, do total de 106 vagas ofertadas para auditores, 31 foram ocupadas por servidores da 2ª Região Fiscal, o que corresponde a 29% do total. Esses servidores foram removidos para outras unidades fiscais. Levando-se em considerando que a demanda de serviços está em contínuo crescimento, mas não há reposição de servidores removidos, aposentadorias (75 em 2009), demissões, exonerações e outros, entende-se que é necessária a renovação do quadro em médio prazo. Atualmente está em fase de conclusão o concurso público com a oferta de 450 vagas de auditores para suprir necessidades de todas as regiões, porém hoje o número deficitário de vagas dentro da RFB é de 2.485,00 vagas, e considerando que continue ocorrendo concursos para uma média de 500 vagas, seriam necessários mais 5 eventos para o equilíbrio das regiões, sem levar em consideração as saídas, entre um evento e outro. Faz-se necessário uma implantação de uma agenda de realização de concursos ao longo do tempo.

6. Planos de capacitação do Quadro de recursos humanos.

O Programa de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas - PROCAD, atende anualmente a política de desenvolvimento dos servidores da SRFB, vem proporcionando o melhor desempenho das atividades desenvolvidas pelos servidores, buscando a atualização e o aperfeiçoamento constante da legislação, das alterações e dos sistemas utilizados pelo órgão. Durante o exercício de 2009 a 2ª Região Fiscal executou ações de Capacitação que totalizaram de 5.127 horas/aula, no montante de R\$ 851.454,14, treinando 3.405 servidores. Observamos que a região tem uma característica bastante diferente das unidades da RFB, com seus vários pontos estratégicos de fronteiras, ocorrendo assim situações de grande fluxo de remoções de servidores, sendo necessário repasses de conhecimentos como palestras, treinamentos, fórum, simpósios, seminários, vídeos conferências etc, com a finalidade de disponibilizar o conhecimento e o desenvolvimento das diversas atividades que permeiam o funcionamento da Receita Federal na Região Norte.

7. Efeitos dos Planos demissionais, quando existentes.

Não se aplica.

8. Impactos da terceirização na produtividade da UJ.

As atividades terceirizadas são essenciais para dar suporte às atividades principais constantes dos objetivos sociais, as chamadas atividades-fim; a terceirização dos serviços é o processo utilizado ultimamente, por meio de estratégias organizacionais criteriosas, que busca competitividade econômica, melhor qualidade e eficiência nos serviços essenciais, possibilitando maior concentração de esforços nas atividades-fim, ou seja, atividades relacionadas ao objetivo principal do órgão. Através do repasse da atividade-meio para que terceiros as executem, os órgãos conseguem dedicar-se com empenho e concentração ao desenvolvimento de suas atividades-fim.

9. Política remuneratória da UJ.

Não se aplica.

10. Situação e evolução do passivo trabalhista vinculado à UJ.

Não se aplica.

11. Cumprimento do cronograma e medidas adotadas pelo órgão ministerial supervisor para substituição das terceirizações indevidas de atividades finalísticas da administração pública, quando houver.

Não se aplica.

Ministério da Fazenda
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil
2ª Região Fiscal

Relatório de Gestão do Exercício de 2009

Item 4: Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos *(Item 4 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU 100/2009)*

4. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não houve reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos na UJ.

Ministério da Fazenda
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil
2ª Região Fiscal

Relatório de Gestão do Exercício de 2009

Item 5: Informações sobre a inscrição de Restos a Pagar no Exercício e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores *(Item 5 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU 100/2009)*

5. Inscrições de Restos a Pagar no Exercício e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009

| Restos a Pagar Processados | | | | |
|--------------------------------|--------------|---------------|---------------|---------------|
| Ano de Inscrição | Inscritos | Cancelados | Pagos | A Pagar |
| 2009 | 1.297.142,45 | NÃO SE APLICA | NÃO SE APLICA | NÃO SE APLICA |
| 2008 | 106.601,11 | 17.199,38 | 89.401,73 | 0,00 |
| 2007 | 21.138,90 | 0,00 | 21.138,90 | 0,00 |
| ... | | | | |
| Restos a Pagar não Processados | | | | |
| Ano de Inscrição | Inscritos | Cancelados | Pagos | A Pagar |
| 2009 | 2.521.102,65 | NÃO SE APLICA | NÃO SE APLICA | NÃO SE APLICA |
| 2008 | 1.403.437,68 | 307.951,06 | 1.084.049,62 | 11.437,00 |
| 2007 | 6.814.511,10 | 144.087,20 | 6.563.534,19 | 106.889,71 |
| ... | | | | |

Observações:

DECRETO Nº 6.331, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2007. - Art. 1º Fica prorrogado, até 30 de junho de 2008, o prazo de validade dos restos a pagar não-processados inscritos nos exercícios financeiros de 2005 e 2006, observado o disposto no § 1º deste artigo.

DECRETO Nº 6.625, DE 31 DE OUTUBRO DE 2008 “Art. 1º Fica prorrogado, até 31 de março de 2009, o prazo de validade dos restos a pagar não processados inscritos nos exercícios financeiros de 2005 e 2006 dos órgãos do Poder Executivo, observado o disposto nos §§ 1º e 2º.” (NR)

DECRETO Nº 7.057, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2009 “Art. 1º A validade dos restos a pagar não processados, inscritos nos exercícios financeiros de 2007 e 2008, fica prorrogada até 31 de dezembro de 2010”.

Fonte: SIAFI Operacional e Gerencial

Análise crítica

1- RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

Com relação à execução de Restos a Pagar Processados nas Unidades gestoras da 2ª Região Fiscal, seguem considerações abaixo:

No exercício de 2009 houve um aumento significativo em Restos a pagar Processados inscritos. Tal fato foi em virtude de intempestividade no repasse de recursos financeiros no final do exercício por parte da COPOL.

Os valores legalmente inscritos em restos a pagar processados em 2008 nas Unidades gestoras da 2ª Região Fiscal foram pagos quase que em sua totalidade no exercício seguinte, tendo sido cancelados os valores abaixo discriminados:

170024 – DELEGACIA DA RFB EM MACAPA – R\$-12.185,09. Despesa com fornecimento de passagem aérea. Valor cancelado em virtude de liquidação efetuada com valor incorreto (menor que a Nota Fiscal) o que foi detectado apenas no exercício seguinte. A unidade cancelou a liquidação e pagou o valor correto através despesa de exercícios anteriores.

170201 – DELEGACIA DA RFB EM PORTO VELHO – R\$. 1.637,17. Despesa de passagem aérea. Na ocasião do pagamento foi detectado que a referida despesa já havia sido paga através de uma outra nota fiscal, portanto a cobrança estava em duplicidade e procedeu-se o cancelamento da liquidação.

170205 – DELEGACIA DA RFB EM RIO BRANCO – R\$-1.862,26. Despesa com Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Pagamento efetuado em 30/12/08 e cancelado por falta de assinatura eletrônica ocorrendo a inscrição em Restos a pagar Processados em 31/12/2008. O fato foi detectado em 2009 quando se procedeu ao pagamento da despesa e o acerto da conta de Restos a pagar.

170334 – DELEGACIA DA RFB EM MARABA – R\$1.039,86. Valores liquidados em duplicidade no exercício de 2008. No exercício de 2009 foi verificado que o compromisso já havia sido efetivado através de outro documento e procedeu-se a anulação dos compromissos em duplicidade.

2 -RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

No que diz respeito à execução de Restos a Pagar Não Processados no exercício de 2009 pelas Unidades Gestoras da 2ª Região Fiscal segue considerações abaixo:

Houve apenas uma ocorrência de pagamento fora do prazo de vigência autorizado pelo decreto 6.625 de 31/10/2008, conforme justificativa abaixo:

170205 - DELEGACIA DA RFB EM RIO BRANCO – R\$- 17.112,71. Ano de inscrição 2006, paga em 17/04/2009. Despesa referente à reforma realizada na Agencia Cruzeiro do Sul/AC. A empresa contratada não cumpriu com entrega da obra dentro do prazo. Foi instaurado processo que resultou em aplicação de multa no valor de R\$-45.339,65, valor inscrito em Restos a pagar não processados. Porém os valores foram bloqueados por decisão judicial para satisfazer cobrança de dívida. O mandado foi recebido no final do mês de março de 2009 não tendo a equipe de logística tido tempo hábil para proceder ao pagamento até 31/03/09. O valor restante foi cancelado por expiração da vigência.

O valor restante reinscrito em 2008, referentes aos exercícios de 2006 e 2007, correspondeu a R\$- 88.797,00 e foi cancelado em 2009 pois se tratava de empenhos estimativos cujos saldos foram inscritos sem que houvesse despesas correspondentes.

Os valores inscritos em 2008 foram pagos ou cancelados quase que em sua totalidade dentro do exercício de 2009. Restando o valor de R\$- 11.437,00 que foram inscritos pelos motivos abaixo apresentados:

170210 - ALFANDEGA DA RFB PORTO DE MANAUS – R\$-9.539,00. Despesas empenhadas no final do exercício de 2008, referente à aquisição de material de consumo cuja empresa não cumpriu com o prazo de entrega do material e a Unidade Gestora está providenciando a aplicação de penalidade.

170213 - DELEGACIA DA RFB EM BOA VISTA R\$-1.898,00. Despesas com treinamentos realizados em 2008 e não pagos em virtude de irregularidade da empresa junto ao SICAF. A regularidade ocorreu apenas em 2010 e o pagamento será efetivado neste ano.

Ministério da Fazenda
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil
2ª Região Fiscal

Relatório de Gestão do Exercício de 2009

- Item 6: Informações sobre as transferências mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílio ou contribuição *(Item 6 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU 100/2009)*

6. Informações sobre transferências (recebidas e realizadas) no Exercício

Quadro de Detalhamento de Transferências

| Quadro de Detalhamento de Transferências | | | | | | | | | |
|--|---------------|-------------|----------------|------------------------|-------------------------------|----------------------|----------|-----|------|
| Concedente(s) | | | | | | | | | |
| UG / CNPJ | | Denominação | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| Tipo | Identificação | Conveniente | Valor Pactuado | Contrapartida Pactuada | Repasse total até o exercício | Repasse no exercício | Vigência | | Sit. |
| | | | | | | | Início | Fim | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |

Obs: Não houve transferências realizadas ou recebidas pela UJ.

Ministério da Fazenda
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil
2ª Região Fiscal

Relatório de Gestão do Exercício de 2009

Item 7: Informações sobre as entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas *(Item 7 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU 100/2009)*

7. Previdência Complementar Patrocinada

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Ministério da Fazenda
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil
2ª Região Fiscal

Relatório de Gestão do Exercício de 2009

Item 8: Demonstrativo do fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos *(Item 8 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU 100/2009)*

8. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos

Não houve nenhum projeto ou programa financiado com recursos externos na UJ.

Ministério da Fazenda
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil
2ª Região Fiscal

Relatório de Gestão do Exercício de 2009

Item 9: Informações sobre Renúncia Tributária *(Item 9 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU 100/2009)*

9. Renúncias Tributárias

Para fins do disposto no Item 9 do Conteúdo Geral (Parte A) do anexo II da DN TCU 102/2009, os dados e informações pertinentes ao mesmo constam do Relatório de Gestão Consolidado, parte integrante do processo nº 12440.000031/2010-41 - Tomada de Contas da Secretaria da Receita Federal do Brasil Exercício de 2009.

Ministério da Fazenda
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil
2ª Região Fiscal

Relatório de Gestão do Exercício de 2009

Item 10: Resultados da avaliação do impacto sócio-econômico das operações de fundos *(Item 10 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU 100/2009)*

10. Operações de fundos

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Ministério da Fazenda
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil
2ª Região Fiscal

Relatório de Gestão do Exercício de 2009

Item 11A: Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno *(Item solicitado pela CGU)*

11A. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno

Para fins de atendimento ao disposto no Item 11-A do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 (Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno), incluído pela CGU, por meio do documento intitulado ORIENTAÇÕES COMPLEMENTARES PARA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO, informamos que as recomendações feitas pela CGU, bem como as respectivas providências adotadas pelas unidades centralizadas e descentralizadas desta Secretaria, encontram-se detalhadas no Plano de Providências da RFB/2009 (gestão 2008), que compõe o item 11-A do Relatório de Gestão Consolidado da RFB, parte integrante do Processo nº 12440.000031/2010-41 - Tomada de Contas da Secretaria da Receita Federal do Brasil - Exercício de 2009.

Ministério da Fazenda
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil
2ª Região Fiscal

Relatório de Gestão do Exercício de 2009

Item 11B: Informações sobre providências adotadas para dar cumprimento às determinações e recomendações do TCU (*Item 11 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU 100/2009*)

11B. Determinações e recomendações do TCU

Para fins de atendimento ao disposto no Item 11-B do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 (Cumprimento das Deliberações do TCU), informamos que as determinações e recomendações prolatadas pelo TCU e encaminhadas diretamente para o Senhor Secretário da RFB, bem como as respectivas providências adotadas pelas unidades centralizadas e descentralizadas desta Secretaria, encontram-se detalhadas no item 11-B do Relatório de Gestão Consolidado da RFB, parte integrante do Processo nº 12440.000031/2010-41 - Tomada de Contas da Secretaria da Receita Federal do Brasil - Exercício de 2009.

Em relação às determinações e recomendações prolatadas pelo TCU e que dizem respeito ao desempenho das atividades das unidades da 2ª Região Fiscal, informamos o seguinte:

- ACÓRDÃO Nº 1836/2009 - TCU - 2ª Câmara, de 14 de abril de 2009

O acórdão foi encaminhado à Seção de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal – SAPAC, da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Manaus, por meio do Ofício TCU 479/09, de 05/05/2009 e, após análise e constatação de não interesse fiscal foi respondido àquele órgão por meio do Ofício SAPAC/DRF/MNS 222/09, de 10/07/2009.

- ACÓRDÃO Nº 759/2009 - TCU - Plenário, de 22 de abril de 2009

O acórdão foi encaminhado à Seção de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal – SAPAC, da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Manaus, por meio do Ofício TCU 484/09, de 06/05/2009 e, após análise e constatação de não interesse fiscal foi respondido àquele órgão por meio do Ofício SAPAC/DRF/MNS 223/09, de 10/07/2009.

- ACÓRDÃO Nº 3138/2009 - TCU - 1ª Câmara, de 16 de junho de 2009

As recomendações referem-se ao exercício de 2006, foram acatadas e implementadas nos exercícios seguintes.

- ACÓRDÃO Nº 3455/2009 - TCU - 2ª Câmara, de 30 de junho de 2009

Comunica a falta de Recolhimento de Contribuições Previdenciárias do Município de Coari. Não há recomendação específica.

- ACÓRDÃO Nº 4465/2009 - TCU - 1ª Câmara, de 4 de setembro de 2009

As recomendações referem-se ao exercício de 2007, foram acatadas e implementadas nos exercícios seguintes.

- ACÓRDÃO Nº 5809/2009 - TCU - 2ª Câmara, de 6 de novembro de 2009

Acórdão recebido na Seção de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal – SAPAC, da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Manaus, em 23/12/2009, encontra-se em análise.

Ministério da Fazenda
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil
2ª Região Fiscal

Relatório de Gestão do Exercício de 2009

- Item 12: Informação quanto ao efetivo encaminhamento ao órgão de controle interno dos dados e informações relativos aos atos de admissão e desligamento, bem como aos atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão praticados no exercício *(Item 12 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU 100/2009)*

12. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

Para fins do disposto no Item 12 do Conteúdo Geral (Parte A) do anexo II da DN TCU 102/2009, os dados e informações pertinentes ao mesmo constam do Relatório de Gestão Consolidado, parte integrante do processo nº 12440.000031/2010-41 - Tomada de Contas da Secretaria da Receita Federal do Brasil Exercício de 2009.

Ministério da Fazenda
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil
2ª Região Fiscal

Relatório de Gestão do Exercício de 2009

Item 13: Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos, bem como sobre convênios, contratos de repasse e termos de parceria firmados estão disponíveis e atualizadas no SIASG e no SICONV *(Item 13 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU 100/2009)*

13. Registros atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV

Este item está contemplado no Anexo 1 da página 65.

Ministério da Fazenda
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil
2ª Região Fiscal

Relatório de Gestão do Exercício de 2009

Item 14: Outras informações consideradas, pelos responsáveis, relevantes para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão *(Item 14 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU 100/2009)*

14. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão

A Superintendência da Secretaria da Receita Federal do Brasil na 2ª Região Fiscal não possui outras informações consideradas relevantes.

Ministério da Fazenda
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil
2ª Região Fiscal

Relatório de Gestão do Exercício de 2009

- Item 15: Declaração do contador responsável pela Unidade Jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade que apresenta Relatório de Gestão *(Item 1 da Parte B do Anexo II da DN TCU 100/2009)*

15. Informações Contábeis da Gestão

Este item está contemplado no Anexo 2 da página 66.

Ministério da Fazenda
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil
2ª Região Fiscal

Relatório de Gestão do Exercício de 2009

Item 16: Acórdão nº 499/2009 – TCU – Plenário. Relatório circunstanciado das medidas administrativas e judiciais adotadas para a cobrança e execução da dívida previdenciária (*Item 30 da Parte C do Anexo II da DN TCU 100/2009*)

16. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de Unidades afins

Para fins do disposto no Item 30 da Parte C do anexo II da DN TCU 102/2009, os dados e informações pertinentes ao mesmo constam do Relatório de Gestão Consolidado, parte integrante do processo nº 12440.000031/2010-41 - Tomada de Contas da Secretaria da Receita Federal do Brasil Exercício de 2009.

Anexo 1: Declaração do Item 13

Ministério da Fazenda

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil

2ª Região Fiscal

Declaração

Em conformidade com o disposto no Item 13 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU 100/2009, declaramos que as informações referentes a contratos firmados, estão parcialmente disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o artigo 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.

Nenhuma Unidade da Segunda Região Fiscal firmou ou executou convênios, contratos de repasse e termos de parceira no exercício de 2009, ficando dispensadas, por este motivo, de atualização no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceira - SIVONV.

Unidades que atualizaram todos os seus contratos no exercício de 2009:

170024 - DELEGACIA DA RFB EM MACAPÁ
170213 - DELEGACIA DA RFB EM BOA VISTA
170218 - DELEGACIA DA RFB EM BELÉM
170219 - DELEGACIA DA RFB EM SANTARÉM
170332 - DELEGACIA DA RFB EM JI-PARANÁ
170334 - DELEGACIA DA RFB EM MARABÁ

Unidades que atualizaram parte dos seus contratos no exercício de 2009:

170022 - ALFÂNDEGA DA RFB PORTO DE BELÉM
170201 - DELEGACIA DA RFB EM PORTO VELHO
170205 - DELEGACIA DA RFB EM RIO BRANCO
170210 - ALFÂNDEGA DA RFB NO PORTO DE MANAUS
170217 - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RFB NA 2A RF
170520 - ALFÂNDEGA DA RFB NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BELÉM

Unidades que não executaram despesa com contratos no exercício de 2009:

170333 - ALFÂNDEGA DA RFB NO AEROPORTO INTERNACIONAL EDUARDO GOMES
170209 - DELEGACIA DA RFB EM MANAUS

Belém, 11 de março de 2010.


Esdras Esnarriaga Júnior
Superintendente

Anexo 2: Item 15 - Declaração do contador



**SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL NA 2ª RF**

DECLARAÇÃO

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial de todas as unidades jurisdicionadas da segunda região fiscal que apresentam Relatório de Gestão referente ao exercício de 2009.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Belém, 11 de março de 2009.

A handwritten signature in blue ink, consisting of stylized cursive letters, likely representing Paulo Cesar Souza Lopes.

Paulo Cesar Souza Lopes
Setorial de Contabilidade da RFB na 2ª RF
Contador Responsável – CRC/PA 014701/0-7